

A INOVAÇÃO NA PESQUISA EM CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS COMO MODO DE CONCRETIZAR EPISTEMOLOGIAS DO SUL

INNOVATION IN RESEARCH IN THE SOCIAL SCIENCES AND THE HUMANITIES AS A MEANS OF TO CONCRETIZE SOUTHERN EPISTEMOLOGIES

Pedro Henrique Baiotto Noronha^I

Tiago Anderson Brutti^{II}

Sirlei de Lourdes Lauxen^{III}

^IUniversidade de Cruz Alta (UNICRUZ), Cruz Alta, RS, Brasil. Mestrando em Práticas Socioculturais e Desenvolvimento Social pela UNICRUZ. E-mail: penriquers@hotmail.com

^{II}Universidade de Cruz Alta (UNICRUZ), Programa de Pós-Graduação em Práticas Socioculturais e Desenvolvimento Social pela UNICRUZ Cruz Alta, RS, Brasil. Doutor em Educação nas Ciências. E-mail: tbrutti@unicruz.edu.br

^{III}Universidade de Cruz Alta (UNICRUZ), Programa de Pós-Graduação em Práticas Socioculturais e Desenvolvimento Social pela UNICRUZ Cruz Alta, RS, Brasil. Doutora em Educação. E-mail: slauxen@unicruz.edu.br

Resumo: As constantes mudanças socioculturais e o dinamismo evidenciado na modernidade líquida trazem à baila uma discussão sobre a necessidade de inovação e de um pensamento crítico-reflexivo relacionado às epistemologias e às metodologias da pesquisa, bem como aos resultados obtidos nas investigações desenvolvidas nas áreas das ciências sociais e das ciências humanas. Este artigo busca relacionar esta situação à definição de epistemologias do sul e ecologia dos saberes, desenvolvidas por Boaventura de Sousa Santos e Maria Paula Meneses, partindo da hipótese, confirmada nas considerações finais, de que, para valorizar as pesquisas que aqui se produzem e questionar a impossibilidade de se obter um conhecimento próprio e local, faz-se necessário construir as condições para que estas perspectivas sejam chamadas ao debate acadêmico. Utilizou-se para a exposição deste estudo a revisão bibliográfica e o método dedutivo de abordagem.

Palavras-chave: Pesquisa científica. Metodologias. Epistemologias do sul. Inovação.

Abstract: The various sociocultural changes and the dynamism evidenced in liquid modernity bring to discussion the need for innovation and critical-reflexive thinking related to the epistemologies and methodologies of the research, as well as the results obtained in the researches developed in the areas of social sciences and the humanities. This article seeks to relate this situation to the definition of southern epistemologies and ecology of knowledge, developed by Boaventura de Sousa Santos and Maria Paula Meneses, starting from the hypothesis, confirmed in the final considerations, which of that, to valorize the researches that are produced here and to disagree the impossibility of obtaining own local knowledge, it is necessary to build the conditions for these perspectives to be called to the academic discussion. The bibliographic review and the deductive approach method were used for the exposition of this study.

Keywords: Scientific research. Methodologies. Southern epistemologies. Innovation.

<http://dx.doi.org/10.31512/missioneira.v21i2.3229>

Processo de avaliação: *Double Blind Review*

Submetido em: 06.08.2019

Aceito em: 11.09.2019



Esta obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 Internacional.

1 Considerações iniciais

A sociedade está em constante e cada vez mais acelerada modificação. Permeia as relações humanas uma sensação de que quanto mais se dá importância ao tempo, menos tempo se tem para dedicar às atividades cotidianas. Da mesma forma, a cada dia conceitos são reestabelecidos, quando não efetivamente alterados. Aquilo que foi prejudicial ontem, hoje pode ser a tábua de salvação, a depender do olhar conferido pela sociedade e também pelos pesquisadores.

Bauman (2001) define este contexto dinâmico em que se vive como sendo a modernidade líquida, termo que utiliza em substituição ao de pós-modernidade, compreendendo, dentre outras coisas, que a sociedade deixou de ter um projeto de longa duração, não estando ela voltada ao alcance de um objetivo único, de modo que os sujeitos se sentem inseguros e com poucas certezas. A sociedade, portanto, se transforma diariamente.

Conforme refere Santos (2010, p. 100), “[...] a versão abreviada do mundo foi tornada possível por uma concepção do tempo presente que o reduz a um instante fugaz entre o que já não é e o que ainda não é. Com isto, o que é considerado contemporâneo é uma parte extremamente reduzida do simultâneo.”

Outro importante conceito é o de interregno, nomeado por Bauman e Mauro (2016) como sendo um dos pontos atinentes à situação vivida hodiernamente, na qual os seres humanos estão suspensos entre aquilo que não mais existe e o que ainda não existe, de modo que as soluções anteriores já não são mais satisfatórias, mas ainda não existem novas respostas.

Na academia, muito se tem afirmado quanto à necessidade de que se inove nas pesquisas em ciências humanas e sociais. Sobre esta questão, Baquero (2009, p. 11) argumenta que nos países latino-americanos se materializa o “[...] conhecimento normativo e reativo, desestimulando o processo de construção de conhecimento novo e autóctone com base em determinadas condições culturais e sociais.”

Baquero (2009) refere que são mais valorizados ensaios caracterizados pelo número de vezes que citam autoridades reconhecidas do que pela tentativa de propor algo diferente, o que reflete negativamente na formação metodológica dos alunos de ciências sociais.

Em outro viés, Santos e Menezes (2009) demonstram que, no transcorrer da modernidade, a produção do conhecimento científico foi desenhada por um modelo epistemológico único, impedindo o crescimento de outras formas do saber, que não as estabelecidas neste paradigma, referindo a ocorrência de um epistemicídio, consistente na destruição de formas de saber locais e na inferiorização de outras.

Houve, portanto, um silenciamento e exclusão de determinadas culturas, em especial daquelas dominadas pelo colonialismo, submetidas a uma visão única de conhecimento do mundo.

Nesta senda, advém o questionamento: qual a possibilidade de se estabelecer na própria sociedade um conhecimento “do sul”, que diga respeito aos problemas cotidianos da nossa comunidade, conquanto na academia o que se produz hegemoniza um conhecimento que vem de fora, que coloniza aquilo que se afirma e que se estuda?

Não se pretende, neste trabalho, efetivar uma inquisição em detrimento do conhecimento que vem de fora, ou que há anos se estuda, muito pelo contrário. Compreende-se que o pesquisador deve pensar de forma crítica sobre o seu papel social, sobre a necessidade de saber instrumentalizar as metodologias e ferramentas que possui para que a pesquisa não seja um fim em si própria, mas que efetivamente traga bons frutos aos seus conviventes locais.

Destarte, o que se objetiva neste trabalho é analisar a inovação e a renovação nas ciências humanas e sociais como mecanismos de formação de um conhecimento que efetivamente contribua com questões específicas do contexto em que se vive.

Se, por um lado, não se deve esquecer aquilo que passou, por outro, é necessário que o conhecimento tenha como base e destino o cerne de uma determinada comunidade ou de comunidades, e isso não ocorre somente mediante a contextualização geográfica, senão que também na dimensão temporal, pois o que hoje é compreendido como normal ou natural, anteriormente pode ter sido visto por outro ângulo, assim como pode ocorrer que questões naturalizadas atualmente, em um momento futuro, possam não ser mais adequadas. Nesse sentido, fica a importante leitura efetuada por Moreira (1997, p. 22-33):

[...] muita razão tinha Chesterton quando advertia que o homem pode enxergar mais longe se subir aos ombros dos que vieram antes. A abertura de novos horizontes e a penetração de outras luzes, de que hoje nos beneficiamos, não nos hão de tornar menos sensíveis à permanente importância do trabalho que já encontramos realizado, ou iniciado. Uma coisa é a retificação de rumos; outra, o desprezo ou esquecimento das descobertas com que nos enriqueceu o percurso vencido.

A análise abrange as ciências sociais e as ciências humanas, não se diferenciando essas áreas neste estudo por se entender que as proposições aqui apresentadas compreendem ambos os domínios. Para tanto, utilizou-se a técnica de pesquisa bibliográfica, mediante o método de abordagem dedutivo.

2 Epistemologias do sul

Santos e Meneses (2009) sustentam que há uma clara divisão entre os conhecimentos no mundo hodierno, conforme a qual tudo o que é produzido como inexistente é excluído,

permanecendo exterior ao universo, criando o que os autores denominam de pensamento abissal, que imagina a impossibilidade da copresença dos conhecimentos dos dois lados da linha.

Essas questões não ficam limitadas aos bancos acadêmicos, mas transcendem aos demais espaços públicos. Baquero (2009) refere que nos espaços públicas há uma reprodução mecânica de procedimentos vindos de fora, descontextualizados, o que possibilita que os gestores argumentem que políticas públicas e sociais são difíceis de serem aplicadas a curto prazo, o que, comparativamente, está relacionado intimamente com esta dificuldade acadêmica em se alcançar um conhecimento próprio de acordo com a singularidade do nosso país.

A situação, segundo Santos e Meneses (2009), se estabelece tanto na ciência em geral quanto no âmbito do Direito, sendo que em relação a este, perante a lei, existe somente o legal e o ilegal. Nesse sentido é que as matrizes jurídicas de um país estrangeiro, por mais hegemônico que seja seu impacto, podem não ser adequadas para o país que se deixa influenciar em seu ordenamento jurídico.

Aliás, há também um conceito deturpado do que significa o progresso, cuja definição, na realidade, é deveras subjetiva. O que se vislumbra, via de regra, é a visão de progresso com base no pensamento unidimensionalmente capitalista, que privilegia o consumo e a produção em massa.

Santos e Meneses (2009) propõem uma alternativa, que denominam de “epistemologias do sul”, que consiste no:

[...] conjunto de intervenções epistemológicas que denunciam a supressão dos saberes levada a cabo, ao longo dos últimos séculos, pela norma epistemológica dominante, valorizam os saberes que resistiram com êxito e as reflexões que estes têm produzido e investigam as condições de um diálogo horizontal entre conhecimentos. A esse diálogo entre saberes chamamos ecologia de saberes (SANTOS; MENESES, 2009, p. 7).

Para Santos (2010, p. 106), “[...] a lógica da monocultura do saber e do rigor científicos, tem de ser confrontada com identificação de outros saberes e de outros critérios de rigor que operam credivelmente nas práticas sociais”. No entendimento do autor português:

Para combater o desperdício da experiência social, não basta propor um outro tipo de ciência social. Mais do que isso, é necessário propor um modelo diferente de racionalidade. Sem uma crítica do modelo de racionalidade ocidental dominante pelo menos durante os últimos duzentos anos, todas as propostas apresentadas pela nova análise social, por mais alternativas que se julguem, tenderão a reproduzir o mesmo efeito de ocultação e descrédito (SANTOS, 2010, p. 94).

Fica claro, portanto, que a compreensão ocidental do mundo é parcial e inadequada, sendo importante observar que os saberes exteriores frequentemente permanecem fora do

debate, o que precisa ser modificado, pois este pensamento tem, de fato, uma característica de autorreprodução, gerando práticas cada vez mais excludentes.

Mas, para que hajam estas mudanças profundas de conhecimento, é necessário iniciar mudando a razão que preside tanto os conhecimentos como a estruturação deles: “[...] é preciso desafiar a razão indolente” (SANTOS, 2010, p. 97).

Há que se reconhecer a inexistência limites à pluralidade de saberes. Nesta senda, a ecologia de saberes, segundo Santos (2010) é um conjunto de epistemologias que parte da possibilidade da diversidade e da globalização contra-hegemônicas, visando contribuir para fortalece-las e credibilizá-las, assentando-se nos pressupostos de que: não há epistemologia neutra, e aquelas que assim clamam são as menos neutras; a reflexão epistemológica deve incidir nas práticas de conhecimento, e não nos conhecimentos em abstrato, e seus impactos em outras práticas sociais. As ecologias são, pois, formas de agregação da diversidade pela promoção de interações sustentáveis entre entidades parciais e heterogêneas.

O necessário diálogo entre os saberes permite a superação da monocultura. Mas como alcançar este diálogo nas ciências humanas e sociais? Como permitir uma abertura de horizontes para que se construa uma pesquisa científica que possa valorizar de igual forma conhecimentos produzidos em diferentes culturas, sem que haja, de fato, a possibilidade de exercício da inovação?

3 Inovação em pesquisa

A curiosidade e a necessidade de inovação são combustíveis que movem a pesquisa científica. Sem estas instigações, sem este desejo de descoberta, não se vislumbra possível a existência do prazer em pesquisar, tampouco é possível que ocorram avanços científicos, pois não existe resposta sem pergunta, e a pergunta surge da dúvida.

Neste sentido, Vasconcelos (2001, p. 100) destaca que “[...] há uma longa tradição em filosofia que considera que o conhecimento vem não somente das afirmações que se podem fazer mas também das questões que se podem indagar”, o que remete a Sócrates (2001, p. 100), “[...] que, com seu método aporético, visava refutar o saber aparente e chegar ao reconhecimento da ignorância como ponto de partida da reflexão filosófica, o que justifica a famosa máxima atribuída ao pensador grego: ‘só sei que nada sei’”.

Marques (2003, p. 92), por essa via, pronuncia-se sobre o ato de pesquisar e de escrever nos seguintes termos: “[...] ir-se à procura de algo diferente, guiado pelo desejo de encontrar o novo, o inusitado, o sequer por nós suspeitado, o original porque descoberta nossa, isso é pesquisar”.

Para Gamboa (1998), por sua vez, a “[...] ciência tem como finalidade a procura das causas dos fenômenos, a explicação dos fatos pelos condicionantes e os antecedentes que os geram”.

Não se pode negar que o objeto das ciências sociais normalmente é histórico, o que não quer dizer, contudo, que deva se apegar unicamente àquilo que já passou, tendo em vista que a história ocorre e se constrói a cada dia. A este respeito, afirma Minayo (2009, p. 12) que:

O objeto das Ciências Sociais é *histórico*. Isto significa que cada sociedade humana existe e se constrói num determinado espaço e se organiza de forma particular e diferente de outras. Por sua vez, todas as que vivenciam a mesma época histórica têm alguns traços comuns, dado o fato de que vivemos num mundo marcado pelo influxo das comunicações. Igualmente, as sociedades vivem o presente marcado por seu passado e é com tais determinações que constroem seu futuro, numa dialética constante entre o que está dado e o que será fruto de seu protagonismo. Portanto, a provisoriedade, o dinamismo e a especificidade são características de qualquer questão social. Por isso, também, as crises têm reflexo tanto no seu desenvolvimento como na decadência das teorias sociais que as explicam (pois essas também são históricas).

Faz-se necessário, portanto, que o pesquisador se adeque à realidade que o cerca, atento aos métodos e à multidisciplinariedade, conforme assevera Baquero (2009, p. 12):

A tarefa de questionar o estabelecido, entretanto, implica, para o pesquisador que busca elaborar um conhecimento diferente do hegemônico, criar condições não só de transitar multidisciplinarmente pelas diferentes áreas do conhecimento (Sociologia, Antropologia, Filosofia, História e Ciência Política), mas, sobretudo, dominar e conseguir aplicar métodos diferentes na explicação de um fenômeno social, mesmo que isso signifique remar “contra a maré”.

As ciências sociais não possuem vocação de estarem enquadradas no espaço relativamente fechado da universidade, tanto que ali não nasceram, visto que eclodiram de movimentos de reforma social ou da formação de instituições de ajuda social (CALHOUN; WIEVIORKA, 2015).

Releva ter em mente, ademais, que os destinatários da pesquisa (no sentido daqueles para os quais se objetiva a solução de um determinado problema) em ciências humanas e sociais são, via de regra, os seres humanos, de modo que geralmente os participantes da pesquisa e os destinatários da pesquisa se confundem em um mesmo *locus*: o indivíduo ou o grupo de pessoas.

A questão é dificultada quando se observa que as ações desses indivíduos, sejam os participantes ou os destinatários, são, de fato, impossíveis de controle e administração pelo pesquisador. Os indivíduos reagem de forma muitas vezes imprevisível de acordo com as situações que lhes são apresentadas.

Diante disso, é imprescindível, porquanto não se trata de uma questão meramente aritmética, utilizar métodos de pesquisa rigorosos, o que não quer dizer que exista um único método capaz de construir um verdadeiro conhecimento científico da pesquisa nas ciências sociais e humanas. Tais métodos, e sua pluralidade, são necessários a fim de que se possa garantir maior credibilidade aos saberes obtidos.

Os esforços na construção de novas teorias se materializam com base na tentativa dos pesquisadores de examinar cientificamente associações entre conceitos no mundo real, o que requer do pesquisador um treinamento técnico e uma capacidade criativa para gerar outras fontes de construção de conhecimento (BAQUERO, 2009).

No que diz respeito ao rigor metodológico e as suas exigências normativas, Calhoun e Wieviorka (2015) acentuam que:

É preciso diferenciar o cumprimento de regras rigorosas com a validade ou a pertinência dos resultados obtidos pelos pesquisadores. No primeiro caso, é o meio profissional que deve atestar se uma pesquisa, um estudo, um inquérito responde às normas e exigências normativas e deontológicas da disciplina em que foram desenvolvidos, e se foram conduzidos de forma rigorosa. Para isso, é necessário que esse meio não seja fragmentado em partidos e seitas que se excluem uns aos outros, ele deve ser capaz de assegurar a unidade das disciplinas consideradas e, ao mesmo tempo, reconhecer a diversidade das orientações teóricas das abordagens, dos métodos, dos objetos, deixando fluir a inovação e a originalidade. Por exemplo, cada país tem seus assuntos «impróprios», considerados sem interesse, ou até indignos de pesquisa, o que leva à marginalização dos audaciosos que, mesmo assim, gostariam de escolhê-los como objeto de suas teses ou pós-doutoramentos, combatendo mesmo sua oportunidade de obtenção de um cargo ou uma promoção (p. 608).

Na perspectiva apontada por Baquero (2009, p. 10), em países em desenvolvimento, como é o caso do Brasil, o pesquisador da área de ciências sociais:

[...] não deve se subordinar ou ser subjugado pelo conhecimento estabelecido e que não dá respostas adequadas aos fenômenos sociais atuais. Pelo contrário, deve propor outras explicações com base na compreensão da realidade que nos rodeia. Tais explicações se tornam, cada vez mais, necessárias pelas crescentes preocupações em avaliar especificamente o que as Ciências Sociais têm a oferecer no processo de desenvolvimento de um país.

Baquero (2009) alerta que o pesquisador em ciências sociais não deve se limitar a compreender e a dominar um único método, o que poderia resultar, o que não é incomum, em pressupostos ou resultados de difícil compreensão, ou em estudos que sobre a mesma temática frequentemente se contradizem. Não se pode, segundo afirma o autor, confundir epistemologia com técnica.

Outro grave problema, segundo Baquero (2009), corresponde à “[...] ideia de que preocupações relacionadas com a possibilidade de resolver problemas não estão dentro do universo da formação de recursos humanos nas Ciências Sociais” (2009, p. 13).

Vislumbra-se, neste contexto, que os cursos de graduação devem trabalhar essas questões já na formação dos acadêmicos, instigando-lhes a serem sujeitos reflexivos e capazes de formular conceitos, desenvolver ideias e pô-las em prática, tornando-lhes sujeitos capazes de efetivamente executar projetos de pesquisa científica, a fim de garantir maior credibilidade ao conhecimento obtido.

Nas palavras de Demo (2004, p. 92), a “[...] pesquisa não pode ser feita aos solavancos, ou aos pedaços, mas sistematicamente [...] Pesquisa implica projeto coerente, metodológico e teórico: o que se quer mostrar e como se vai fazer isso, onde se quer chegar e como se chega lá, que problema queremos enfrentar e como o faríamos passo a passo [...]”.

Há que se fomentar, portanto, a capacidade de discernir os métodos mais adequados aplicáveis a uma determinada pesquisa, levando-se em consideração o objeto, os objetivos, os sujeitos pesquisados e a forma como a pesquisa deve ocorrer, observando todas as peculiaridades. Não se pode afastar o rigor científico, mas também não se deve exigir a utilização de um único método, tampouco a mera reprodução de ideias e autores.

O progresso da ciência não corresponde ao acúmulo de verdades, tampouco à eliminação de erros. Na realidade, ampliando-se os espaços do conhecimento, ampliam-se também as fronteiras do desconhecido (MARQUES, 1993). É preciso, dessa forma, oxigenar as pesquisas trazendo outros olhares aos debates.

4 Considerações finais

Diante do exposto, ressalta-se a importância das ciências sociais e das ciências humanas, porquanto a partir das pesquisas nessas áreas é possível, de fato, promover mudanças e desenvolvimento na sociedade e nos indivíduos.

Verifica-se, ao lado disso, que não se pode pretender tornar realidade uma ecologia de saberes e o respeito às epistemologias do sul sem que se abra espaço e que se ofereçam condições para que estas perspectivas sejam chamadas ao debate.

Não se pode olvidar a lição de Baquero (2009), que aponta para o fato de continuarem a prevalecer atitudes aparentemente institucionalizadas, que se posicionam a favor da ideia de que é melhor se adaptar do que compreender caminhos alternativos de análise e de solução de problemas.

Trata-se, pois, de um grande desafio para as novas gerações de pesquisadores nas áreas das ciências sociais e humanas. É importante levar em consideração que os seres humanos não

partem do zero ao realizar estudos visando a assimilação de determinados saberes. Sempre há uma bagagem, seja ela científica ou empírica.

O objetivo desta reflexão não se fixou em impor a necessidade de inovação no sentido de uma modificação total, mas sim de uma reflexão dos pesquisadores sobre a realidade existente, pois, se demonstrado que há uma dificuldade de estabelecer na ciência uma ecologia de saberes - um diálogo entre os saberes oriundos das mais diversas culturas - decorre disso a necessidade de se imaginarem e serem postas em prática pesquisas visando uma mudança de paradigma, o que se tornaria impossível mediante uma simples continuidade de reprodução dos mesmos conhecimentos que refletem os problemas unicamente por um viés das realidades europeia e norte-americana.

Restam, pois, mais dúvidas que soluções. Contudo, como já foi dito, é a partir da dúvida que surge a pergunta, e é só a partir da pergunta que podem surgir eventuais respostas, que jamais serão únicas e imutáveis. Diante disso, persiste o questionamento: será possível, por meio da inovação, abrir espaço ao diálogo entre os diversos saberes?

Referências

BAUMAN, Zygmunt; MAURO, Ezio. *Babel: entre a incerteza e a esperança*. Tradução Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Zahar, 2016.

BAUMAN, Zygmunt. *Modernidade líquida*. Tradução Plínio Dentzein. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BAQUERO, Marcello. *Pesquisa quantitativa nas ciências sociais*. Porto Alegre: UFRGS, 2009.

CALHOUN, Craig; WIEVIORKA, Michel. Manifesto para as ciências sociais. *Revista Sociedade e Estado*, Brasília, v. 30, n. 3, p. 597-628, set./dez. 2015.

DEMO, Pedro. *Professor do futuro e reconstrução do conhecimento*. Petrópolis: Vozes, 2004.

GAMBOA, Silvio Ancisar Sánchez. *Epistemologia da pesquisa em educação*. Campinas: Praxis, 1998.

MARQUES, Mario Osorio. *Conhecimento e modernidade em reconstrução*. Ijuí: Unijuí, 1993.

MARQUES, Mario Osorio. *Escrever é preciso: o princípio da pesquisa*. 4. ed. Ijuí: Unijuí, 2001.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. O desafio da pesquisa social. In: DESLANDES, Suely Ferreira; GOMES, Romeu; MINAYO, Maria Cecília de Souza (Orgs.). *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. 28. ed. Petrópolis: Vozes, 2009. p. 9-29.

MOREIRA, José Carlos Barbosa. *Temas de direito processual*: sexta série. São Paulo: Saraiva, 1997.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *A gramática do tempo*: para uma nova cultura política. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula. *Epistemologias do sul*. Coimbra: Almedina, 2009.

VASCONCELOS, Flávio C. Da gestão do conhecimento à gestão da ignorância: uma visão co-evolucionária. *Revista de administração de empresas/FGV-EAESP*, São Paulo, v. 41, n. 4, p. 98-102, out./dez. 2001.